

A educação brasileira entre 1914 e 1960

Não se pode examinar o estado atual da educação no Brasil sem algumas considerações, breves que sejam, sobre a sua evolução, a partir, digamos, da primeira guerra mundial. Sabemos que o sistema escolar reflete de forma acentuada a estrutura social da sociedade. Até a primeira guerra mundial, a sociedade brasileira se constituía fundamentalmente de elite e massa iletrada, entre as quais se comprimia uma nascente classe média, sem maior prestígio ou valia social. A educação acompanhava essa estrutura relativamente singela. Para a elite, um sistema de escolas superiores, predominantemente públicas, para a formação dos quadros de governo e das profissões liberais, acompanhado de escolas secundárias, preparatórias àquele ensino superior, de caráter predominantemente privado; para a nascente classe média, ainda desprovida de qualquer validade política, um sistema de escolas primárias e escolas normais e vocacionais. As massas iletradas constituíam a grande força de trabalho e produção agrícola sobre que assentava a nação em sua ainda vigorosa estrutura dual de elite e massa.

Somente após a segunda guerra mundial é que realmente se inicia, no país, o surto industrial que, a exemplo das outras nações desenvolvidas, iria mudar a estrutura da sociedade brasileira.

A década de vinte é muito reveladora da mudança em curso, com as suas primeiras agitações político-militares, preparatórias da revolução de trinta, e um característico reflexo no sistema escolar.

Este reflexo manifesta-se na chamada reforma Washington Luis do ensino primário. O Estado de S. Paulo inaugura um movimento pela democratização do ensino primário, propondo a sua redução a dois anos de escolaridade, vindo afinal a fixar-se em três anos para a zona rural e quatro anos para a zona chamada urbana.

A iniciativa oferece-nos a demonstração indireta de que o ensino primário não era propriamente popular, na sua organização anterior de escola de sete e oito anos, seguida das escolas normais e profissionais ou vocacionais -- mas, efetivamente, o sistema destinado à nascente classe média.

A reforma Washington Luis quebrou o dualismo educacional de educação para a elite e educação para a classe média (média-média e média-baixa) e deu origem a um terceiro sistema escolar para o povo propriamente dito, de escolas primárias de quatro e três séries. Começa, então, o processo de deterioração da escola primária, agora nem sequer destinada à classe média, deterioração que iria, depois, atingir às escolas de nível médio normais e vocacionais. A mudança de estrutura social já em curso, com o início da revolução industrial não fôra, por esse modo, sabiamente atendida, pois conservava-se, sem a anterior e estreita articulação com a escola primária, o sistema dual de escolas médias vocacionais e escolas secundárias preparatórias ao ensino superior, respectivamente para a classe média e para as elites. Passamos de dois para três sistemas escolares, o do povo, reduzido e rudimentar, sem possibilidade de emancipá-lo educacionalmente, o da classe média, impróprio pois essa tendia já a ser a classe dominante, e o das elites, limitado aos ginásios preparatórios e às modestas escolas superiores.

Frente a esse sistema manifestamente inadequado à reestruturação social em marcha, a revolução de trinta, traindo o despreparo de sua liderança para os problemas da sociedade brasileira, apenas parece ver a crise da educação da elite (que não era da educação mas da própria elite) e empreende a reforma do ensino secundário preparatório e do ensino superior, em linhas predominantemente acadêmicas e intelectualistas, buscando uma recuperação das elites pela ênfase em sua formação humanística e pelo início da organização universitária.

Durante a década de vinte e depois no início da de trinta, no Distrito Federal, surgem reformas locais de ensino que se mostram mais sensíveis aos movimentos de mudança da estrutura da sociedade brasileira. Estas reformas buscam recuperar a escola primária, para constituí-la o fundamento do sistema escolar, iniciam a integração das escolas de nível médio, com a equivalência da formação vocacional acadêmica, elevam a formação do magistério primário a nível superior e criam uma universidade de tipo moderno, votada à pesquisa e à formação do quadro do magistério secundário e superior e aberta a todos os egressos da escola média.

Já então as forças de resistência da velha sociedade dualista, privatista e fundada no privilégio, como que despertando, preparavam-se para a resistência às mudanças que vinham ocorrendo sem completa consciência, pela sociedade, do seu sentido ou alcance.

Um golpe militar de caráter comunista forneceu o pretexto para violento movimento racionário, que se concretizou sob a forma de um estado fascista, a que a índole brasileira emprestou certa ilusória moderação e os hábitos de administração pública, o caráter de uma medíocre burocratização do Estado.

Durante êsse período, o processo de reestruturação da sociedade não se interrompeu mas fez-se confuso, incerto e contraditório.

É preciso recordar que a primitiva sociedade agrária e semi-feudal brasileira era uma sociedade privatista, fundada na família pseudo-aristocrática e na Igreja, dentro da qual o Estado, como ordem política, ou seja, como organização do "público", tentava inserir-se, sem maior êxito. O Estado, em todo o período monárquico, constituiu-se uma como instituição de cúpula, exercendo seu poder não como força moderadora mas de forma ultra moderada, pedindo licença para existir e buscando apenas equilibrar-se entre as oligarquias familiares nas províncias e municípios, vivendo enfim graças a um prudente espírito de concessão e complacência.

As forças reais dominantes eram forças privadas e extremamente resistentes ao caráter "público" do Estado, cujas leis não eram obedecidas mas utilizadas como formas quase que de perseguição aos que não tivessem valia social.

Com a República, tornou-se mais vigoroso o movimento pela implantação do Estado, como forma de organização da sociedade, mas nem por isto se pode dizer que, chegados à revolução de trinta, estivéssemos com a ordem legal estabelecida no país. O coronelismo sucedera às clãs aristocráticas e o país continuava de modo geral sujeito a oligarquias estaduais e municipais, com o poder das classes dominantes opondo-se ainda ao império puro e simples da lei.

A contra-revolução de 37 iria apoiar-se, sobretudo, nas forças privatistas e restaurar o velho espírito "legalista" e

não "legal", tão ao gosto do poder pessoal e de certo modo absolutista dos monarcas. No sistema do poder pessoal, a lei não é a liberação do interesse público contra os interesses privados, mas formas de disciplinação do povo em suas inconformidades contra o privilégio. Daí o caráter policialesco que tomam os burocratas encarregados de sua aplicação.

A contra-revolução encontra, entretanto, a nova legislação trabalhista decretada no primeiro período da revolução de 30, mas valeu-se do seu evidente caráter paternalista para o controle do possível vigor renovador das forças operárias em ascensão e, em matéria de educação, reviu a legislação anterior para o efeito de dar ainda maior ênfase à escola privada, de dirigir a iniciativa pública para as chamadas escolas técnicas no nível médio, e ao ensino superior de facilitar o seu incremento por meio de escolas privadas.

A educação escolar anterior à organização do estado democrático moderno -- que é o estado dominado pela lei para todos e pelo conseqüente espírito de respeito ao interesse público e não ao privado -- é uma educação para assegurar os privilégios dos grupos dominantes da sociedade. Por isto é que se faz dominantemente privada e, quando pública, limitada no seu acesso aos grupos sociais a que se destina. Tal limitação muito facilmente se estabelece pela não articulação do sistema popular com o sistema de privilégio, com o que se impede o ingresso ao sistema de privilégio dos não desejados, e também pelo tipo de ensino que se ministre neste última sistema, tornando-o mais ou menos ininteligível, para não dizer indeglutível, para os que não tenham as condições sociais exigidas.

Ora, este era o sistema vigente no país até a revolução de 30, que, com a sua reforma educacional, não o mudara estruturalmente. A reação instalada em 37 não teria dificuldade em restabelecê-lo e agravá-lo, embora não pudesse prever as consequências de sua política.

O sistema de educação do estado democrático moderno, convém repetir, não é tal sistema, mas o de escolas públicas destinadas a oferecer oportunidades iguais ao indivíduo e ministrarlhe educação para o que se costuma chamar de eficiência social, ou seja o preparo para o exercício das suas funções sociais de cida-

ção, de trabalhador (concebido o termo sem nenhuma conotação de classe) conforme as suas aptidões e independente de suas origens sociais, e de consumidor inteligente dos bens materiais e espirituais da vida. Esta educação tem, pois, toda ela, e em todos os seus estádios, os objetivos que antes se dividiam pelos diferentes sistemas escolares: o de cultura geral, o da formação prática ou vocacional, o de formação profissional e o de formação para o lazer. Daí, constituir-se um sistema contínuo, integrado e aberto a todos, em condições de igualdade de oportunidades.

O reacionarismo de 37 a 46 deixou o sistema primário nas condições que lhe criara o falso movimento de democratização da década de 20, com três séries na zona rural e quatro séries na chamada zona urbana, reduziu a formação do magistério primário ao nível de um curso de regente, que seria de nível primário, no sistema anterior à década de 20, fez o chamado curso normal regredir ao nível secundário, com a destruição prática dos Institutos de Educação, que se encaminhavam para atingir o nível superior, introduzindo ainda nestas escolas normais, como uma cunha para sua transformação posterior, o curso ginásial federal, e confiou-a aos Estados e Municípios, os quais nem sequer ficaram, diante disto, com o real poder de organizá-las segundo suas peculiaridades locais. As duas instituições -- escola primária e escola normal -- foram assim reduzidas a instituições segregadas, destinadas a deperecer por falta de comunicação com as demais peças do sistema escolar, ou a se transformarem no seu entrechoque inevitável.

No ensino médio, que manteve isolado e bloqueado do primário, agravou o caráter multi-partido desse nível de ensino, conservando os seus diversos ramos estanques entre si e dando-lhes objetivos distintos. A escola secundária, propriamente dita, com o currículo incrivelmente enciclopédico, conduziria ao ensino superior; a escola comercial, às atividades comerciais de nível médio; a escola técnico-industrial, misto de escola artesanal e escola técnica, altamente dispendiosa e pretensiosa, às atividades do trabalho qualificado industrial; as escolas agrícolas médias, a atividades de agricultura avançada, que não chegavam a existir e daí não se terem desenvolvido; e as escolas normais híbridas, com um curso ginásial federal e um curso de colégio estadual, ao magistério primário. Além de manter este sistema múltiplo e duplicativo e aumentar-lhe as confusões e equívocos, abriu-o à iniciativa particular, mediante concessão e autorização oficial.

No ensino superior, instalou formalmente a Universidade, pela simples agregação das escolas, mantida a sua organização e administração praticamente autônomas, agravou o sistema de cátedras, instalando-o em todas as escolas, até nas escolas de belas artes e de música, criou faculdades de filosofia, ciência e letras, que se fizeram um misto de escolas normais e de escolas superiores de pesquisa e de formação dos quadros mais altos da cultura humanística e científica do país, escolas de ciências econômicas, em que se misturam simples contadores, atuários e economistas da mais alta ambição científica, e escolas de serviço social, escolas de enfermagem, etc., e ainda ajuntou a tudo isto um sistema segregado de universidades rurais, para o ensino da agronomia em todos os seus aspectos.

Este confuso e inorgânico sistema de escolas foi, como o médio, aberto à livre iniciativa privada para mantê-lo com plena validade oficial, mediante simples formalidades burocráticas de concessão, por ato governamental.

Ficou deste modo operada a conciliação entre o público e o privado, com a capitulação do Estado e a extensão do seu poder ao enraizado espírito privatista da nação, agora a funcionar com a sua benção, o selo de sua soberania e as indiscutíveis vantagens de validade pública.

Semelhante contubérnio do Estado com as estruturas privatistas da velha sociedade, numa situação de mudança estrutural, gerou uma inevitável distorção do processo social. Normalmente, o movimento de integração social do povo brasileiro daria lugar à implantação do estado moderno democrático, com o prevalecimento do seu caráter público, da igualdade de oportunidades para todos e do tipo de educação para eficiência social, que tão distintamente o deve marcar. Por isto mesmo que a educação nesse sistema iria abrir-se a todas as camadas sociais, teria ela de se fazer muito mais consciente da necessidade de ser eficiente e eficaz, ao contrário do estágio em que se destinava a classes privilegiadas, já servida de boas condições sociais, que lhe permitiam tornar o trabalho escolar simplesmente ornamental, ou apenas suplementar, e, de modo geral, despreocupado com a eficiência.

Como, porém, a maré montante de aspirações educacionais, decorrentes da urbanização, industrialização e aumento da riqueza da sociedade, encontrou diante de si não o Estado, vigoroso

samente empenhado em dirigir e aproveitar essas novas forças, mas um sistema de autorização à iniciativa privada para atender aos reclamos educativos da sociedade emergente, mediante um sistema privado de ensino com validade oficial, deu-se o que não podia deixar de dar-se. Por certo a intenção de todo o plano era o de moderar a expansão educacional, deixando-a a cargo dos recursos individuais e assim lhe garantindo o caráter de educação de classe, para o que se contava ainda com o tipo acadêmico de estudos de natureza sensivelmente aristocrática, pelo menos nos aspectos de sua superfluidade.

Com efeito, até então, convém que se diga, a iniciativa privada revelava-se perfeitamente consciente do espírito de classe da educação que ministrara, reduzindo-se o ensino privado ao ensino confessional das ordens religiosas de tipo educativo a algumas escolas privadas de educadores de renome e a raras escolas superiores, mantidas por grupos voluntários de apreciável seriedade.

Com a nova situação criada pela legislação da fase reacionária da revolução de 30, abriram-se, mediante concessão do Estado, as comportas para a comercialização da educação privada, produzindo-se tremenda expansão, primeiro, de escolas secundárias, comerciais e normais, aparentemente menos dispendiosas e, depois, de escolas superiores e universidades de todo o gênero. Só escaparam, de certo modo, as escolas médias técnicas, as agrícolas e, no nível superior, as de medicina e de engenharia. Tudo mais passou a ser criado como uma sangria desatada, que, de repente, nos tornasse capazes de contar com quadros de magistério secundário e superior de tal modo numerosos que deixariam boquiaberto qualquer cidadão brasileiro da década de 20.

Era que havíamos descoberto o processo de expandir a educação e não lhe subtrair o caráter de privilégio. Convém não esquecer, que a educação dos socialmente privilegiados é educação que pode ter apenas caráter ornamental. A classe e as condições sociais em que vivem é que os educam, sendo a escola um complemento, um polimento dessa cultura. A expansão dessa mesma educação a novas camadas sociais importa sempre em uma reestruturação do ensino ministrado, para que se possa oferecer aos novos elementos tipo de educação similar por certo ao da classe a que se destinava, mas agora vigorosa e intencionalmente eficaz, inclusive para

ganhar a vida, pois não cabe àqueles novos elementos simplesmente continuar as condições de vida que já possuíam mas ingressar num nível social para que precisam da nova cultura e de seus métodos de trabalho, a fim de poderem dela e para ela viver.

Fizéramos exatamente o contrário. Entramos a oferecer educação ainda menos eficiente do que a anterior educação aristocrática e com as mesmas vantagens de assegurar, só por ela, situações de privilégio na sociedade. A expansão seria inevitável e o proveito social dos alunos e financeiro dos donos de colégio algo de naturalmente considerável.

O movimento de expansão assim estimulado, e criada a tranquilidade social com o equívoco engenhosamente armado de que aumentavam-se as oportunidades educativas e ao mesmo tempo salvava-se a educação dos detestáveis aspectos de coisa pública -- o crescimento das escolas particulares fez-se praticamente vertiginoso. Multiplicaram-se as escolas médias de tipo secundário, comercial e normal e, logo após, as escolas superiores as acompanharam, começando a medrar como cogumelos.

A segunda guerra mundial colheu o país em meio a essa comédia educacional e, ao findar-se, já havia liberado as forças democráticas, adormecidas durante o período do chamado estado novo, para a Restauração da república. Esta nos chegou novamente em 1946, com a reinstituição do sufrágio universal e a Constituição de 1946.

Mas a renovação educacional que nos poderia trazer essa nova Constituição viu-se frustrada com as delongas da votação da lei complementar de Diretrizes e Bases, cujo projeto foi, pelo Governo, encaminhado ao Congresso em 1948.

Além de um modesto início de atenção federal ao ensino primário, com a ampliação do fundo do ensino primário criado logo depois da queda do governo ditatorial, de uma política de "campanhas" de alfabetização, do início de regime de auxílios aos Estados e às escolas particulares, o acontecimento mais significativo em educação nessa primeira fase da reconstitucionalização do país foi a federalização, em massa, de escolas superiores particulares, brotadas no solo condescendente do estado novo.

Na realidade, a manutenção da legislação anterior à Constituição, ajudada pelos novos recursos que ela trouxera, pela fixação do mínimo de despesas com a educação nos orçamentos da União (10%) dos Estados e dos municípios (20%), de certo modo agravou a situação criada pelo Estado Novo.

A proliferação de escolas privadas de ensino médio e superior presseguiu, sob a benção das autorizações federais, cada vez mais complacentes, ante a pressão continuada das aspirações crescentes da população por educação do tipo criado pelo Estado Novo, ou seja, ineficiente mas de classe, susceptível de dar títulos socialmente válidos para empregos de classe média ou superior.

Entrementes, o país progredia, acentuava-se o processo de urbanização e industrialização, construía-se uma rede de comunicações rodoviárias e aeroviárias, integrava-se a nação fisicamente e acentuava-se o processo de integração social. A tudo isto, respondia o sistema escolar com as suas escolas primárias rudimentares, de quatro e três séries, agora congestionadas em dois e três turnos, as suas escolas médias privadas, sem recursos nem mestres adequados, e as suas escolas superiores improvisadas e criadas antes para benefício dos professores que dos alunos, perante os quais não conseguia sequer a autoridade necessária para cobrar anuidades.

Para fazer face a êsse báratro educacional e ante a real incapacidade dos colégios e escolas privadas de se manterem, cria-se então, por lei, o fundo do ensino médio, que logo é utilizado como simples sistema de subvenção às escolas privadas e, no nível superior, o Poder Legislativo prossegue na sua faina de federalizar e subvencionar as escolas superiores privadas e transformá-las até em universidades.

Afora isto, a única lei de educação significativa, que vota o Congresso, entre 1946 e 1960, é a chamada lei de equivalência dos cursos médios, pela qual se inicia o processo de democratização do ensino médio, abrindo-se possibilidades da transferência de um curso para outro e permitindo-se a matrícula nos cursos superiores, mediante adaptação, bastante difícil, aliás, dos alunos dos cursos comerciais, normais, técnicos e agrícolas.

O período é, entretanto, um agudo período de auto-crítica educacional, mas a nação, envolvida na sua revolução política

ca e econômica e entregue aos deslumbramentos das mudanças de poder produzidas pelo voto livre e verdadeiro, pela emergente transformação econômica da industrialização e pelas crises políticas geradas por essas transformações, mal tinha pausa para o problema da reconstrução educacional.

Quando o projeto de Diretrizes e Bases é retomado, nos últimos anos do quinquênio passado, em período de relativa tranquilidade política, por iniciativa de um deputado de oposição, tornou-se possível, em face do estado da educação, defender-se a mais exdrúxula das teses educacionais para o Brasil: a de que devíamos adotar a política educacional da Holanda, ou seja, a política educacional dos países-monárquicos, que tendo uma religião de estado, a que estavam subordinadas as suas escolas públicas, viram-se, por coerência, e democraticamente, forçados a manter as escolas das demais religiões dominantes nesses Estados. Nada tinha a ver o sistema brasileiro com esses regimes de repúblicas coroadas. A nossa Constituição consagrava a separação da Igreja do Estado e, em muitos dos seus artigos, proclamava a necessidade de fortalecer o sentimento do Estado, da coisa pública, em face das forças renitentes do privatismo de nossa organização arcaica.

Embora a tese estranhamente reacionária sofresse o combate, que não poderia faltar, a lei de Diretrizes e Bases, afinal votada em fins de 1961, constitui um documento contraditório, marcado ainda por evidente espírito privatista e sem a unidade profunda que facilitaria a implantação sempre retardada do Estado moderno e democrático em nossa terra.

Entretanto, a despeito de tudo, constituía a primeira lei de reforma de base na estrutura legal do país. O gênio brasileiro saberia tirar dela os meios de empreender a reconstrução educacional.

Muitos dos seus artigos são renovadores, o seu espírito é de moderada descentralização e os dispositivos sobre o financiamento da educação abrem as portas para um plano sinérgico de esforços federais, estaduais e municipais em matéria de educação.

Por outro lado, progrediram no país as idéias de planejamento do desenvolvimento nacional e a convicção de que o planejamento dos recursos humanos constituía fator fundamental daquele desenvolvimento. Proclamou-se a década de 60 a 70, a década do de -

senvolvimento, e o Brasil subscreveu, em reuniões internacionais , o compromisso de atingir até 1970 certas metas educacionais definidas.

CONTEÚDO DE UM PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Documento BD

Jac.ques Torfs
UNESCO-BRASIL
Junho 1967

CONTEÚDO DE UM PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS

Introdução : Filosofia geral da Secretaria:

- a) relações com os sistemas de ensino federal, municipal e particular;
- b) objetivos econômicos, sociais e culturais do processo educacional.

A - ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO - Onde?

B - ENSINO PRIMÁRIO

- 1. Urbano (4 ou 5 anos)
- 2. Rural (faixas educacionais?)
- 3. Repetência (promoção automática ou semi-automática)
- 4. Deserção
- 5. Matrícula tardia
- 6. Ensino técnico ao nível primário.

C - ENSINO GINASIAL

- 1. Orientação deste ensino: estudos da demanda de mão-de-obra.
- 2. Articulação entre o 5º e 6º anos primários e 1ª e 2ª séries do ginásio.
- 3. Obrigatoriedade do ensino ginasial.

D - ENSINO COLEGIAL

- 1. Orientação deste ensino: estudos da demanda de mão-de-obra.
- 2. Critérios econômicos - prioridades:
 - a. ensino secundário
 - b. ensino industrial
 - c. ensino comercial
 - d. ensino agrícola
 - e. ensino normal
 - f. ensino outros

E - ENSINO UNIVERSITÁRIO

- 1. Responsabilidades da Secretaria.
- 2. Cálculo da demanda de profissionais.
- 3. Criação de novas faculdades e institutos.
- 4. Problema da articulação do ensino médio com o superior.

5. Problema do Vestibular.
6. Colégios Universitários.
7. Formação do Magistério Secundário e dos professores universitários.

F - EDUCAÇÃO DOS ADULTOS

1. Alfabetização.
2. Desenvolvimento da comunidade
3. Treinamento industrial (SENAI)
4. Treinamento comercial (SENAC)

G - PROBLEMAS ESPECIAIS

1. Política Social:

- a. bolsas e internados
- b. alimentação escolar
- c. distribuição geográfica (problema das zonas rurais de população dispersa)
- d. extensão futura da obrigatoriedade.

2. Política cultural.

3. Utilização de novos meios:

- a. rádios educativas
- b. televisão educativa
- c. instrução programada
- d. filmes
- e. ensino por correspondência

4. Política pedagógica:

- a. orientação da pesquisa educacional
- b. reforma dos programas educacionais
- c. treinamento de professorado
- d. classes de recuperação
- e. calendário escolar.

5. Política administrativa:

- a. reforma
- b. controle do material e dos edifícios
- c. treinamento dos funcionários administrativos
- d. orientação e fiscalização dos convênios.

II - ASPECTOS QUANTITATIVOS DO PLANO

A - ESTUDO DEMOGRÁFICO

1. População em cada povoado e município (separar zonas urbanas e rurais). Estrutura por grupos etários.
2. Tendências demográficas históricas.
3. Fatores econômicos ou sociais que modificarão as tendências históricas.

4. Evolução provável 1967/76 - por município (urbano e rural).
5. Compatibilização das projeções demográficas baseadas sobre tendências não-históricas com a evolução total da população do Estado.
6. Mapas geográficos, por municípios e regiões, da distribuição demográfica.

B - MATRÍCULA

1. Por Escola, por povoado, por município (parte rural e parte urbana), estatísticas da matrícula no início do ano, e no fim do ano, por série e por turnos, de cada sistema escolar (pré-primário, primário, médio, superior, supletivo, incluindo SENAI, SENAC, etc).
2. Estatísticas do número de repetentes correspondentes a matrícula descrita em (B 1).
3. Normas atuais de repetição, evasão, matrícula tardia e acesso ao sistema de ensino.
4. Mapas geográficos, por municípios e regiões, da distribuição da matrícula.
5. Conclusões (cada sistema escolar).
6. Candidatos. Aprovações. Vestibulares.

C - RECURSOS HUMANOS

1. Cálculo do número total de pessoas:
 - a. com grau universitário (discriminar por tipo de especialização acadêmica e atividade atual)
 - b. com estudos superiores, sem concluir (discriminar tipo de especialização acadêmica e atividade atual)
 - c. com estudos de nível colegial, concluídos (discriminar por tipo de especialização e atividade atual)
 - d. com estudos colegiais, sem concluir (discriminar por tipo de especialização e atividade atual)
 - e. com estudos ginasiais
 - f. com estudos de nível primário, concluído
 - g. com estudos de nível primário, sem concluir
 - h. que somente terminavam a primeira série do ensino primário
 - i. analfabetos.
2. Cálculo dos contingentes desejáveis em 1976, de acordo com os objetivos econômicos, sociais e culturais (Grupos (a) a (i) - pergunta C - 1.).

D - CÁLCULO DA MATRÍCULA DESEJÁVEL

1. Definição dos níveis de repetência, de evasão, de matrícula tardia, de acesso ao sistema de ensino, de turnos, que deveriam ser obtidos em 1976.
2. De acordo com a aplicação das projeções demográficas e com os níveis definidos em (D - 1), cálculo da matrícula em 1976, por série (ensino primário e ginasial).
3. De acordo com projeções demográficas gerais e estudo dos contingentes desejáveis, cálculo da matrícula em 1976, por série, ensino colegial e universitário (discriminar tipo de ensino).
4. Compatibilização das cifras das matrículas e com as projeções demográficas e as dos recursos humanos.
5. Apresentação do fluxo 1967/76, de acordo com a situação existente e a situação desejável.
6. Mapas geográficos da distribuição da matrícula desejável em 1976, por municípios e regiões.

E - SITUAÇÃO DO PROFESSORADO

1. Por escola, por povoado, por município (zonas urbanas e rurais), número de professores das escolas pré-primárias, primárias, ginasiais, colegiais, superiores.

Analisar:

- a. graus ou diplomas dos professores
 - b. número de anos de estudo dos professores (especificar estudos de nível médio ou superior)
 - c. número de anos de experiência docente dos professores
 - d. treinamento especial (curso de supervisores, etc)
 - e. especialidades (ciências, matemática, etc)
 - f. salários e demais vantagens (discriminar entre professores de tempo completo e professores que trabalham "por aulas").
2. Modificações desejáveis do nível de educação, experiência, especialização, salários dos professores, entre 1967-1976.
 3. Cálculo da estrutura desejável do professorado em 1976, de acordo com matrícula prevista e aplicação das normas definidas em (B - 2). Custos.
 4. Cálculo da demanda anual previsível de professores de vários tipos, 1967-1976. Custos.

F - SITUAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

Por escolas, povoados, municípios (zonas urbanas e rurais) :

1. Número de escolas (todos os níveis e sistemas de ensino).
2. a. salas de aula: número, m^2
 b. outras salas: número, m^2 (especificar: biblioteca, gabinete dentário, internato, etc)
 c. áreas construídas: m^2 (especificar uso)
 d. material empregado na construção - das paredes da cobertura
 e. disponibilidades em:
 I - água (especificar tipo)
 II - eletricidade
 III - esgotos (ou fossa séptica)
 IV - gás
 V - instalações sanitárias (número, equipamento).
 f. valor provável:
 I - total de cada escola (nova construção)
 II - unitário - cada escola - m^2
 III - aluguel (especificar proprietário).
3. Estado físico das escolas:
 a. avaliação dos reparos necessários por escola
 b. avaliação de um orçamento adequado de conservação e reparos por escola.
4. Número de escolas, salas de aula e outras salas, desejáveis em 1976 para matrícula prevista.
5. Mapas geográficos da distribuição desejável das escolas de vários níveis e sistemas, por municípios em 1976.
6. Utilização de ônibus escolares para o transporte dos alunos - Custo de compra e operação dos ônibus - 1967/76.
7. Cálculo do valor das construções entre 1967 e 1976 (reparos, expansões, novas construções).
8. Programa de investimento cada ano entre 1967 e 1976 e orçamento para pagamento de aluguel.

G - EQUIPAMENTO ESCOLAR E DEMAIS PROGRAMAS

Por escolas, povoados, municípios (zonas urbanas e zonas rurais):

1. Disponibilidade em material e equipamento escolar. Material de consumo e de expediente. Material semi-durável e durável de todas as categorias (especificar). (Material durável inclui mesas, cadeiras, armários, estantes, fichários, arquivos, quadros-negros, globos, mapas).

2. Custo do material disponível (custos unitários, custos totais para cada escola, custos totais para os sistemas escolares).
3. Custo provável, anual, das necessidades em materiais e equipamentos entre 1967 e 1976.
4. Estatísticas "físicas" e custos atuais dos programas de:
 - a. alimentação escolar
 - b. audiovisual (inclusive instrução programada e filmes)
 - c. rádio e televisão educativas
 - d. classes de recuperação
 - e. caixa escolar
 - f. associação de pais e mestres
 - g. orfeão
 - h. clube agrícola
 - i. escotismo
 - j. pelotão de saúde
 - k. clube de leitura
 - l. cooperativa escolar
 - m. exposições
 - n. excursões
 - o. assistência dentária
 - p. assistência médica
 - q. outros.
5. Estatísticas físicas e custos prováveis dos programas G 4 em 1976 e custos anuais entre 1967 e 1976, por sistemas escolares e por regiões.
6. Estatísticas físicas e custos dos atuais programas de:
 - a. treinamento de professoras
 - b. treinamento de administradores
 - c. alfabetização
 - d. desenvolvimento da comunidade
 - e. treinamento industrial, comercial, agrícola, dos adultos
 - f. bolsas
 - g. ensino por correspondência.
7. Estatísticas físicas e custos prováveis dos programas G 6 em 1976 e custos anuais entre 1967 e 1976.

H - INVENTÁRIO DO PESSOAL NÃO-DOCENTE

POR
ESCOLA

1. Sistema de ensino - número, educação, diplomas, número de anos de experiência, salários, de:
 - a. diretores
 - b. reitores
 - c. regentes
 - d. secretários
 - e. demais pessoal administrativo não incluído em estatísticas
 - f. operários
 - g. serventes
 - h. outros (especificar).
2. Sistema administrativo (Secretaria de Educação e Cultura, Inspetorias, Delegacias e Supervisores).

POR
ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

- Número, educação, diplomas, número de anos de experiência, salários de:
- a. secretários
 - b. assessôres, diretores, chefes de departamentos, divisões ou setores
 - c. técnicos (nível superior, médio, etc)
 - d. pessoal de secretaria
 - e. operários (inclusive choferes)
 - f. serventes
 - g. delegados
 - h. inspetores
 - i. supervisores
 - j. outros (especificar).
3. Manutenção e custos do pessoal não-docente de 1967 e 1976 (cada area), de acordo com os programas de matrículas e escolas.

J - EQUIPAMENTO, MATERIAIS E EDIFÍCIOS DO
SISTEMA ADMINISTRATIVO

1. Edifícios - disponibilidades em metros-quadrados; número de salas para:
 - a. uso administrativo
 - b. demais usos (áreas sociais, sanitários, etc) (discriminar salas situadas em escolas e em demais edifícios).
2. Custos atuais dos edifícios:
 - a. investimento (valor de substituição)

- b. reparos e conservação anual.
- 3. Quantidades e valor dum programa de construção, ampliação, reparos, entre 1967 e 1976, por ano.
- 4. Equipamento e móveis, por edifício:
 - a. quantidades
 - b. valor
- 5. Número, valor, gastos de custeio dos veículos. Projeções 1967/76.
- 6. Quantidades e valor dum programa de equipamento e material 1967/76.

III - PROGRAMAS QUALITATIVOS

- 1. Reforma dos programas escolares
- 2. Melhoria dos níveis pedagógicos na primeira série primária:
 - a. utilização dos professores com altas qualificações e experiências
 - b. eliminação dos sistemas de séries simultâneas
 - c. promoção automática ou semi-automática.
- 3. Articulações entre primário e médio, médio e universitário:
 - a. ginásio para o trabalho
 - b. o ginásio como continuação da escola primária
 - c. último ano propedêutico ou sistema de vestibular
 - d. colégios universitários
 - e. orientação das bolsas.
- 4. Contrôlo pedagógico:
 - a. utilização dos supervisores
 - b. supervisão dos sistemas particulares, municipais e federais.
- 5. Calendário escolar.

IV - CUSTOS TOTAIS DO PLANO

Os custos do plano deverão ser calculados para o período de 1967 a 1976, por ano, de acordo com:

A - NÍVEL DE ENSINO E SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

1. Pré-primário
2. Primário
3. Ginásial
4. Colegial (vários tipos)
5. Superior (vários tipos)
6. Adultos (vários tipos)
7. Programas especiais (vários tipos)
8. Administração das escolas
9. Administração dos sistemas de ensino.

B - TIPOS DE DESPESAS

1. Salários
2. Demais remunerações e pagamento do pessoal
3. Material de consumo imediato (discriminando de ensino e outros)
4. Material semi-permanente (instrumento-equipamento), (discriminar ensino e outros)
5. Móveis, material e equipamento permanente (discriminar ensino e outros)
6. Novas construções, reconstruções
7. Reparos maiores
8. Conservação dos edifícios e móveis
9. Demais investimentos
10. Bolsas

C - SISTEMAS DE ENSINO

(Federal, Estadual, Municipal, Particular).

V - FINANCIAMENTO DO PLANO

A - INVENTÁRIO E PROJEÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. Contribuições:

- a. SEC
- b. MEC
- c. USAID
- d. Particulares
- e. Municipais
- f. União
- g. Outros

B - PROJEÇÕES DAS PROVÁVEIS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

1. Análise da evolução provável do orçamento estadual
2. Dos orçamentos municipais
3. Das contribuições da União
4. Das contribuições dos particulares
5. De outras contribuições

C - DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1967 - 1976

D - RECAPITULAÇÃO

Despesas e recursos cada ano entre 1967 e 1976.

VI - REFORMAS ADMINISTRATIVAS**A - SECRETARIA**

- Relações com o Conselho Estadual e com as demais Secretarias.

B - FAIXA DE ASSESSORAMENTO

1. Planejamento
2. Orçamento-programa
3. Legal
4. Pedagógica (pesquisas educacionais)
5. Fiscalização investimento e convênios

C - FAIXA DE ATIVIDADES-MEIO

(Departamento Administrativo)

1. Contrôles pessoal
2. Contrôles edifícios e reparos
3. Contrôles distribuição material escolar
4. Contrôles inspetores
5. Contrôles despesas

D - FAIXA DE ATIVIDADES-FIM

(Departamentos de ensino primário, médio e superior)

1. Contrôles técnico pedagógico

2. Programas de treinamento de professorado
3. Contrôles supervisores

E - SERVIÇOS GERAIS

1. Estatística e Cadastro Funcionais.
